

ENCONTROS E DESENCONTROS NO OESTE:
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE AS DEMARCAÇÕES SIMBÓLICAS DAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DO RIO DAS ALMAS EM GOIÁS, NAS DÉCADAS DE 1940 A 1950

Sandro Dutra e Silva*
sandrodutr@hotmail.com

RESUMO: As fronteiras podem representar distinções entre geografia, temporalidades e identidades, dentre outras que reforçam, ao mesmo tempo, os traços do pertencimento e da distinção. Esse estudo baseia-se nas diferentes formas de apreender a fronteira, fundamentando-se nas distinções decorrentes do processo de ocupação e colonização ocorrido às margens do Rio das Almas em Goiás nas décadas de 1940 a 1950. Nossa intenção é identificar as bases teórico-metodológicas que permitem apreender os conflitos simbólicos no processo de expansão de fronteiras, tendo como objeto de análise as localidades da Colônia (Ceres) e Barranca (Rialma), comunidades ribeirinhas, separadas pelo Rio das Almas que surgem nesse período e estabelecem lutas simbólicas pela demarcação de suas fronteiras

PALAVRAS-CHAVE: Distinções urbanas, Rio das Almas, Colonização em Goiás.

Desbravamento. Lastro. Variante.
Descrença dos vencidos.
Deserção.
E ao cântico de fé dos vencedores,
surge uma cidade nova.

(Cora Coralina)

Existiram muitas semelhanças na história da ocupação do interior brasileiro, mesmo com as particularidades regionais e as distâncias temporais que separaram os distintos momentos do povoamento. Algumas ocupações foram decorrentes de

* Doutor em História Social pela Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós Graduação em Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEVANGELICA – Anápolis/GO.

Recebido em 02 de abril de 2009
Aprovado em 5 de junho de 2009

frentes de expansão que se fixavam temporariamente em determinados trechos de fronteira e, que no esgotamento das riquezas buscavam novas fronteiras. Outras se estabeleceram de forma menos espontânea, cuja iniciativa advinha de projetos de ocupação do interior brasileiro. Seja por meio de frentes ou projetos de ocupação, esse fenômeno geralmente foi tratado como colonização. Num país de dimensões continentais como o Brasil, a idéia de colonização, esteve, ao longo de sua evolução histórica, ligada à visão encantada de prosperidade nas regiões de fronteira. Um grande território, com muitas áreas devolutas, ou ainda não dominadas pela civilização, norteou a busca por expedições que vislumbravam a fronteira com terra de grandes oportunidades.

Não apenas nas narrativas literárias, mas também nos discursos que tratavam do tema, a colonização era compreendida como o deslocamento para um eldorado. A representação de riqueza esteve presente nos deslocamentos para a região das minas no Sudeste e Centro-Oeste no século XVIII como na expansão da cultura cafeeira e nas levadas de imigrantes estrangeiros para zonas rurais desde o século XIX, ressurgindo nas migrações destinadas à extração da borracha no início do século XX, e em outros movimentos de frente de expansão, que identificavam na fronteira o imaginário da prosperidade.

O imaginário da prosperidade funcionou como uma força motivadora da ocupação nas diferentes etapas da ocupação. Essa representação é identificada por Cassiano Ricardo (1959) como “manifesto bandeirante”, caracterizada como força motivadora para os deslocamentos para o sertão, em que os impedimentos e mitos inibidores eram substituídos por uma nova visão mitificada do território a ser desbravado. No capítulo XIII de sua obra, intitulado “a função dos mitos na Bandeira”, procurou descrever os referenciais psicossociais geradores dessa instituição cercada pelo universo do fantástico e do fabuloso, cujas lendas e mitos tinham uma função motriz na empreitada bandeirante. O próprio bandeirante recriava esse universo de fábulas e lendas como elemento motivador para a expansão geográfica e, ao mesmo tempo, tornava-se parte do enredo fabuloso, na medida em que o deslocamento reconstituía o mito no imaginário da Bandeira. Os mitos ligados às representações de riqueza desenvolveram sentimentos psicomotores que interferiam no comportamento da Bandeira (grupo em marcha), proporcionando o enredo psicossocial para os “mitos

nascidos da idéia de riqueza, como a 'itaberaçu resplandescente', a 'lagoa dourada', a 'lagoa onde se diz haver pérolas', a 'serra das esmeraldas', enfim, os mitos do ouro, da prata e das pedras verdes (RICARDO, 1959, p. 105).

O empreendimento histórico da colonização foi, na maioria das vezes, caracterizado pelo espírito da aventura (HOLANDA, 1995), com uma presença discreta por parte do Estado, e que, quando se apresentava como força de controle, era muito mais como agente repressivo e tributarista, sobretudo, nas áreas de mineração. Não havia uma política de ocupação planejada, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, quando o processo de colonização passou a fazer parte da agenda governamental, sobretudo, no conjunto de articulações políticas e ideológicas que o Estado Novo (1937-1945) procurava estabelecer no país.

Quando o processo de ocupação de fronteiras ocorre como frentes privadas de expansão, em que o espírito da aventura prevalece, e conflitos agrários são freqüentes, tanto na relação entre nativos e "chegantes", ou posseiros e latifundiários, essa imagem da prosperidade é confrontada por outra representação. Para Martins (1997), diferente do que o imaginário do eldorado geralmente buscava apresentar, a fronteira se caracterizava como o "território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores" (MARTINS, 1997, p. 16). Para o autor, a verdadeira representação da fronteira, e o que realmente a definia, era a situação de conflito. O conflito tornava a fronteira como uma realidade singular, porque promovia o encontro dos que "por diferentes razões são diferentes entre si" (MARTINS, 1997, p. 150). A fronteira era o lugar de encontros e desencontros de temporalidades históricas, concepções de vida e visões de mundo distintas. Martins (1997) entendia, ainda, que o tempo da fronteira era período provisório, porque ela deixava de existir quando desapareciam os conflitos e a alteridade política era estabelecida.

Segundo Faissol (1952), o termo colonizar originou do léxico latino *colonus* e aplicava-se aos indivíduos que cultivam a terra de outro, ou que deixavam sua terra própria e estabeleciam-se em outra com o interesse de explorá-la. Nesses termos, o ato de colonizar implicava um processo de extravasamento populacional, ligado à idéia de territórios vagos e ondas migratórias. Para esse geógrafo do Conselho Nacional de Geografia, que estudava os processos de colonização que vinham acontecendo no país

nas décadas de 1940 e 1950, o povoamento que acontecia nesse período poderia ser interpretado como um conjunto de medidas governamentais, refletindo um tipo de ocupação que se distinguia dos modelos historicamente percebidos nos processos anteriores de deslocamentos no território brasileiro. Entre as décadas de 1940 e 1950, o conceito de colonização representava um movimento orientado por programas e ideologias governamentais, cujos exemplos mais marcantes foram a criação das Colônias Agrícolas Nacionais (1941), da Fundação Brasil Central (1943) e do plano de mudança e construção da nova capital federal na segunda metade da década de 1950. Essa perspectiva de ocupação e colonização apresentava a fronteira não mais como lócus da barbárie e dos conflitos, mas como um novo eldorado no Oeste brasileiro orientado pelas diretrizes governamentais de controle e organização.

O nosso objeto insere-se nessa discussão acima apresentada por considerar que, a despeito das políticas governamentais de colonização e das tentativas de fazer com que esse processo nas décadas citadas ocorresse sobre o controle e organização do Estado, a ocupação e povoamento das fronteiras do planalto goiano, às margens do Rio das Almas, foi marcada por outra ordem de conflito. Os “encontros e desencontros” ocorridos nas barrancas do Rio das Almas em Goiás, nas décadas de 1940 e 1950, apresentam as características dessas duas formas distintas de expansão de fronteiras: o deslocamento privado das frentes pioneiras/de expansão e a colonização planejada e sobre a tutela do Estado.

Nas margens do Rio das Almas instalaram-se duas comunidades com formas distintas de ocupação social do espaço e de povoamento, resultando em conflitos dos mais diversos. De um lado do rio localizava-se a sede da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, cidade planejada para receber os burocratas e servidores da primeira experiência brasileira de colonização agrícola, na época chamada de Colônia pelos moradores da região, e que deu origem a cidade de Ceres. Na margem oposta localizava-se a comunidade da Barranca, povoamento resultante, em sua maioria de camponeses excluídos da Colônia pelos critérios de seleção e doação dos lotes rurais e urbanos, atualmente a cidade de Rialma. Comunidades que não tinha na temporalidade a causas do conflito, na medida em que a ocupação dos espaços ribeirinhos ocorreu numa mesma época. Tampouco as causas dos conflitos eram de ordem social, considerando que povoamento se deu por uma população de

camponeses em busca de terras doadas pelo governo federal. O fato é que a relação dessas comunidades, geograficamente, temporalmente, socialmente e culturalmente próximas foi marcada por conflitos. Sejam os conflitos simbólicos pela distinção, pelo uso pejorativo de léxicos e adjetivações no sentido de estigmatizar o outro ou pela sócio-dinâmica da demarcação de “fronteiras”, desencontros eram percebidos. Ou ainda, o conflito se manifestava nas constantes demonstrações de violência marcadas pela intolerância e por rixas promovidas pela juventude dessas localidades nos momentos de sociabilidade e no trânsito de uma “barranca” para outra. O fato é que, uma reflexão acerca da colonização, povoamento e expansão de fronteiras no Oeste brasileiro, tendo como cenário as comunidades ribeirinhas do Rio das Almas em Goiás não pode desconsiderar as lutas simbólicas pela demarcação dos espaços sociais.

Portanto, nosso objetivo neste texto não é apresentar as características das lutas simbólicas vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas da Colônia e da Barranca, mas apresentar a base teórica que permitiu essa reflexão. Em outros trabalhos e publicações procuro desenvolver essas características (SILVA, 2008; 2009; 2010), deixando para esse texto em particular as reflexões acerca das motivações científicas e fundamentações teóricas presentes na construção desse objeto. Nesse sentido, nossa intenção não é apenas descrever conceitos e teorias utilizadas, mas destacar que, apesar das orientações governamentais para a ocupação do Oeste, propostas no sentido de evitar os conflitos e interesses particulares, sobretudo com questões agrárias já características de expansão de fronteiras, novas formas e novos conflitos simbólicos podem ser observados, numa representação da fronteira como um lugar do enfrentamento das diferenças, portanto um lugar de “encontros e desencontros”. Esse é o enredo para a discussão das diferenças simbólicas, das demarcações territoriais e culturais nas barrancas do Rio das Almas.

A COLÔNIA E A BARRANCA NOS TEMPOS DA FRONTEIRA

Interessante pensar que um projeto de ocupação agrária concebesse uma visão de cidade, e que um planejamento urbano estivesse atrelado às intencionalidades de implementação de estruturas marcadamente rurais. Essa foi uma das peculiaridades das Colônias Agrícolas Nacionais criadas pelo Decreto Lei 3059 do Diário Oficial de 14

de fevereiro de 1941. Dentre suas prerrogativas existia a preocupação com a instalação de núcleos de atividade agrícola, mas concebiam também o sonho do espaço urbano. Todavia, as intenções desse projeto eram muito mais abrangentes do que as categorias campo/cidade pudessem compreender. O foco era, sobretudo, as intencionalidades nacionais, impulsionadas por uma postura centralizadora e nacionalista que o Estado Novo (1937-1945) incorporava. Uma consideração inicial pode ser apontada como justificativa à análise urbana desse tipo de ocupação, na medida em que o Decreto Lei nº 3.059 que criava as Colônias Agrícolas Nacionais deixava muito evidente as suas intenções em relação a implementação de centros urbanos para as áreas de colônia, não apenas para servir de sede aos núcleos agrícolas, mas também para funcionarem como centros irradiadores do desenvolvimento regional. O artigo 5º do referido decreto apresenta as considerações acerca do projeto urbano para as colônias:

Art. 5º. Fixada a região onde a colônia deverá ser fundada, será projetada a sua futura sede, escolhendo-se para isso a zona que melhores condições oferecer.

Parágrafo único. No projeto da sede serão observadas todas as regras urbanísticas, visando a criação de um futuro núcleo de civilização no interior do país (BRASIL, 1941).

Esse documento apresentava indícios não apenas das intencionalidades urbanas para as colônias agrícolas, mas também a inclusão de princípios norteadores para as futuras cidades. Esses princípios podem ser resumidamente identificados no caráter racional que a ocupação do espaço urbano incorporava, ao enquadrar o planejamento dentro de “regras urbanísticas” visando a construção de um “núcleo de civilização” geograficamente direcionado para o “interior do país”. A racionalidade da ocupação incorporava as categorias da cidade planejada e do sertão civilizado, princípios amplamente divulgados pela Marcha para Oesteⁱ e ideologicamente atrelados aos interesses nacionalistas do Estado Novo.

Após a publicação do Decreto Lei Federal nº 6.882 (BRASIL, 1941), que institucionalizava a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em 19 de fevereiro de 1941, deu-se início ao processo de escolha, demarcação e ocupação das áreas que receberiam esse núcleo, tornando-se a primeira das oito colônias nacionais a implantar-se no paísⁱⁱ. O engenheiro agrônomo Bernardo Sayão foi nomeado por

Getúlio Vargas para coordenar os trabalhos. O ponto de partida para sua empreitada foi a cidade de Anápolis, onde iniciou as obras da estrada denominada de Transbrasileira, aproveitando um trecho já em uso entre Anápolis e Jaraguá. Partindo de Jaraguá a estrada entrava numa região de mata fechada, as Matas do São Patrício, em direção à região escolhida para sede da Colônia. Os anos que se seguiram foram marcados por uma intensa migração em direção a Colônia, cuja grande maioria da população era composta por camponeses oriundos de vários estados brasileiros, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Como a legislação das Colônias Agrícolas estabelecia critérios de seleção, nem todos os que solicitavam os lotes tornavam-se colonos. Muitos, não conseguindo estabelecer-se na Colônia, retornavam à sua região de origem ou continuam a jornada em direção à região Norte do Estado de Goiás. Todavia, um expressivo contingente populacional, que, a despeito da recusa da recebido autorização para ocupar os lotes da Colônia, fixou-se à margem oposta do Rio das Almas, de frente à Colônia, dando origem ao povoado da Barranca, cujos moradores eram pejorativamente chamados de “barranqueiros”.

Na tese de doutoramento, bem como em outras publicações (SILVA 2008, 2009, 2010) procuramos apresentar os indícios da distinção decorrente das experiências vivenciadas pelos moradores da Colônia, não apenas nas referências imaginárias da consciência da diferença, mas também pelos elementos estruturantes, percebidos nas relações cotidianas, orientados por coerções presentes nas normatizações oficiais, interpretados como práticas e estilo de vida. Essas experiências estruturais e culturais permitiram o estabelecimento de práticas sociais distintas para a Colônia, cuja característica marcante foi a racionalidade que se impôs pela ocupação planejada. Todavia, mesmo que esses traços de distinção foram constituídos por experiências sociais vividas na época, eles se reforçavam na consciência estabelecida para o lugar e na negação das práticas sociais da vizinha Barranca, muitas vezes, generalizadas com a finalidade de demarcar a distinção pela estigmatização do outro. Dessa forma, em consonância com as intenções desse texto, apresentamos as bases teóricas utilizadas na construção e na busca de compreensão e sentido histórico desse objeto.

AS DEMARCAÇÕES SIMBÓLICAS DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO DAS ALMAS

Assim como a Colônia, que estabeleceu hábitos e práticas sociais distintas na construção simbólica do espaço social, os moradores da Barranca também tiveram uma experiência com o espaço em construção que também interferiu no desenvolvimento de hábitos e práticas específicas para o lugar. O que percebemos, nos relatos e depoimentos orais coletados com os pioneiros da Colônia, foi a necessidade de lançar sobre a Barranca e seus moradores uma carga negativa de valores depreciativos, que eram generalizados para o lugar (onde as normas e a racionalidade não imperavam) e seus moradores, apresentados como preguiçosos (avessos à moral do trabalho), baderneiros (dado aos prazeres e vícios) e festeiros (correlação com a moral do trabalho). E, muitas vezes, quando se referiam à Barranca, faziam questão de mencionar a zona de meretrício que se instalava na parte baixa da cidade, região “beira-rio”.

A negação do outro, muitas vezes, apresentava-se de forma explícita – quando argüidos sobre o cotidiano da Colônia, a maioria fazia questão de referenciar-se à Barranca, como para reforçar aquilo que consideravam fundamental de sua comunidade, – evidenciando as estratégias de demarcar territórios e fronteiras entre as duas comunidades. As estratégias da sócio-dinâmica da estigmatização procuravam reforçar os pontos considerados pelo grupo estigmatizador como positivos e superiores, generalizando e evidenciando hábitos e práticas sociais consideradas inferiores no grupo estigmatizado. Portanto, quando afirmavam que “lá podia tudo”, tinham a intenção em reforçar que “aqui não podia tudo”, que é diferente de “aqui não podia nada”. Na verdade, a função da Barranca no imaginário social da Colônia era evidenciar que as escolhas “feitas” por essa comunidade, no entendimento de seus pioneiros, foram as mais acertadas, principalmente, no que dizia respeito às orientações normativas, conforme apresentado no relato de um pioneiro da Colônia: “lá podia tudo. [...] A Colônia era mais elitizada. E lá era uma baderna. [...] Então tinha a zona lá, tinha a mulherada. Era um caso sério. Lá, de vez em quando, dava o chamado puxa-faca”. As características destacadas pelas narrativas memorialistas do grupo estigmatizador apresentavam a Barranca como espaço da violência, decorrentes do uso abusivo de bebidas alcoólicas e das práticas do meretrício.

Os relatos memorialistas dos pioneiros da Colônia, também, procuravam selecionar as lembranças, reforçando aquelas que indicavam essa visão dominante na

consciência coletiva. As precariedades e dificuldades enfrentadas no início da colonização geralmente eram omitidas. Quando eram apresentadas tinham a intenção de reforçar o espírito bandeirante-desbravador, característico dos discursos da Marcha para Oeste (RICARDO, 1959). As informações sobre essas dificuldades aparecem em outros relatórios, como por exemplo, os relatos dos pesquisadores do IBGE na década de 1960, que apontam que houve “dificuldades no cumprimento das determinações legais: em 1948 a administração da colônia só havia construído 100 casas, todas elas de tijolos e cobertas de telhas” (VALVERDE, 1967), e a justificativa para a precariedade de habitações estava na falta de verbas para concluir os assentamentos. Entretanto, as lembranças “selecionadas” pelos pioneiros buscavam reforçar o planejamento, os serviços e os benefícios da Colônia, bem como o estilo de vida de seus moradores.

Mas, considerando que essa estratégia fazia parte da lógica da memória coletiva, e que, portanto, as lembranças devem ser consideradas pelos seus conteúdos simbólicos, ficava evidente a relação de dependência da Barranca para com a Colônia. Um fato que caracterizava essa relação de dependência era a formação da Barranca pela população excluída da Colônia. A cidade estigmatizada era composta, sobretudo, pela massa não estabelecida, pelo povo *outsider* (ELIAS, 2000) As estratégias simbólicas da distinção faziam referência ao “outro lado do Rio das Almas”, não apenas para demarcar geograficamente as fronteiras (*regio/finis*), mas constituir um novo tipo de distinção, assumindo assim novas representações. Enquanto o processo exclusivista do povoamento, as coerções normativas de convivência regidas pela moral do trabalho e o planejamento racional da ocupação foram elementos fundantes do imaginário da Colônia, a Barranca, nessa construção tipológica, aparecia como lugar de ocupação espontânea e marginal, em que a lógica racional era ausente e o espírito da festividade substituía a moral do trabalho.

A Barranca que, por não experimentar uma ocupação de tipo planejada e por receber um quantitativo populacional – em sua maioria excluídos da colonização oficial – conviveu com experiências urbanas diferentes da Colônia, mas que se assemelhavam às experiências e os modelos reproduzidos pela formação das cidades brasileiras. Talvez, por esse motivo, a estigmatização, que era tão cara aos moradores da Colônia para estabelecer sua distinção, não tivesse o impacto desejado na comunidade da Barranca, que se considerava como a regra geral, e era a Colônia a representação do

diferente. De acordo com Araújo (1997), a formação das cidades brasileiras caracterizava-se pelo “signo do provisório”, cujo princípio que norteava essa experiência fundamentava-se no senso de desapego e desleixo com o lugar. Nessa representação urbana, a relação estabelecida entre a população e o lugar impossibilitava a constituição do senso de pertencimento, na medida em que o espaço social era visto como ponto de passagem, *locus* de experiência provisória, portanto, sem vínculos. No caso da Barranca, o signo do provisório, além de impossibilitar a emergência do senso de pertencimento, permitiu, justamente por esse desapego ao espaço social, o estigma por parte dos moradores da Colônia, na medida em que as estratégias de estigmatização estabelecem-se num contexto de interdependência, em que persistiam relações de poder específicas, cuja peça central foi o *equilíbrio instável de poder* (ELIAS, 2000).

A Colônia, ao selecionar seus habitantes e ao impor a essa população regras de conduta bem definidas, legitimadas pelo grupo social, estabelecia uma identificação com seus moradores e com o lugar por meio das práticas sociais e dos hábitos que os representavam. Também essa identidade constituía-se a partir das visões imaginárias do espaço social, no estabelecimento da orientação normativa para as relações interpessoais que buscavam legitimar a manutenção desse imaginário, reforçando as diferenças na antítese da Barranca. Portanto, os relatos memorialistas insistiam em apresentar a Barranca como outro lugar que não a Colônia, como um espaço diferente, fora das suas fronteiras. A Barranca na representação imaginária da Colônia simbolizava outra geografia (o outro lado do rio), outra sociabilidade, outra cultura e outra identidade. Para tanto procuravam expor a realidade da “cidade estigmatizada” que se opunha ao ideal de planejamento, na medida em que evidenciavam que seu povoamento surgia de forma desordeira, marcado pelo signo do provisório.

As estratégias utilizadas para impor o senso de distinção procuravam estigmatizar o lugar e estender o estigma a seus moradoresⁱⁱⁱ, tidos como pessoas de conduta moral questionável – privilegiavam o lazer em detrimento do trabalho, o improviso em relação ao planejamento, a desordem em detrimento da ordem, e cuja vida boêmia era apontada como a característica mais marcante daquela comunidade. As lutas simbólicas evidenciavam a representação da Barranca como “coisa

provisória”, destacando uma relação instável de poder entre a cidade que impunha os estigmas e a outra que os recebia.

Uma experiência inicial que evidencia a representação da distinção pode ser observada a partir do uso de léxicos de estigmatização lançados sobre a Barranca e seus moradores. Os termos “Barranca” e “barranqueiros”, a princípio, eram utilizados na tentativa explícita de demarcar o grupo social que não pertencia às experiências da Colônia. O lugar (Barranca) e seus moradores (barranqueiros), na representação social da Colônia, simbolizavam a condição do “outro”, o *outsider*, aquele que se situava para além das fronteiras do seu espaço social e, portanto, diferente. Era comum o uso do termo barranca para denominar os paredões situados às margens dos rios (a barranca do rio tal), mas que na luta simbólica pela distinção, o uso das palavras era intencional, para demarcar o lugar dos excluídos e marginalizados pelo processo de seleção da Colônia.

Pesavento (1999) referenciou-se em Bourdieu para analisar os vocabulários da estigmatização urbana em Porto Alegre, lançados sobre determinados lugares, personagens e práticas sociais no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A autora identificava os “lugares malditos” da cidade, a partir do uso das linguagens para identificar certos espaços da cidade, com a finalidade de demarcar esses lugares “amaldiçoados” (no caso estudado, os becos de prostituição em áreas centrais da capital gaúcha). A autora fundamentava-se na compreensão das representações expressas pelo uso da linguagem nas lutas simbólicas de poder, utilizando assertivas do sociólogo francês ao afirmar que, as palavras e os nomes que constituem uma realidade social são, ao mesmo tempo, os alvos e os frutos de uma luta política, possibilitando assim compreender o real como um campo de lutas para definição do que é o real (PESAVENTO, 1999).

Assim como a análise de Pesavento tratava os elementos da linguagem como representação das lutas de poder para a construção do real, percebe-se que a utilização dos vocábulos “Barranca” e “barranqueiros” não indicam apenas termos depreciativos do lugar, dos moradores e de suas práticas expressas na linguagem cotidiana. Os léxicos da estigmatização, muito mais do que apenas denominar, demarcam as relações de poder, na medida em que evidenciam os sujeitos que impunham a linguagem, bem como as intenções dos vocábulos e os referenciais

simbólicos que eles suportavam. Ficava evidente, ainda, o desejo de realidade que as representações indicavam e que foram lançadas na luta pela constituição material e imaginária do lugar.

As representações urbanas dessas sociedades ribeirinhas do rio das Almas identificavam na Colônia o *locus* do poder simbólico, cuja vontade de distinção lança sobre a Barranca a representação do “outro”, do diferente, da cidade estigmatizada. O rio delimitava as fronteiras geográficas, enquanto, outras demarcações se constituíam por meio do uso das palavras, que por sua vez traduziam novas fronteiras imbuídas da necessidade da distinção. Os léxicos de depreciação da Barranca constituem-se, portanto, em indício das experiências de lutas simbólicas travadas entre essas localidades, identificando a origem social da cidade estigmatizada e os agentes da estigmatização.

A visão depreciativa sobre os moradores da Barranca, geralmente generalizada pelos depoimentos, aparecia nos relatos muito mais para justificar as práticas e os valores sociais da cidade estigmatizadora do que para simplesmente fazer menção ao passado da localidade vizinha. A necessidade de afirmar e distinguir as normatividades e coerções sociais identificadas como um estilo de vida ordeiro e racional se justificava na comparação ao senso improvisado e aventureiro do grupo que se formava na outra margem do rio. De acordo com Holanda,

o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem - , tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, características desse tipo. (HOLANDA, 1995, p. 44)

As normatividades próprias da moral do trabalho, que justificavam práticas e estilos de vida, observavam com desprezo outras formas de sociabilidade que não as regidas pelo senso ordeiro de vida social. O senso do provisório e aventureiro ganhava novas feições na luta pela imposição da diferença, isto é, além da necessidade de evidenciar as diferenças fazia-se na estigmatização do diferente. Portanto, duas comunidades se estabeleceram numa mesma região, numa mesma temporalidade, experimentando um mesmo processo de colonização, orientadas pelo mesmo discurso de imigração, mas que desenvolveram práticas sociais e estilos de vida muito distintos

entre si. Ao mesmo tempo, um grupo social procurava, na construção de sua identidade, estabelecer sua cultura baseada na negação e diferença do outro.

Dentre os elementos apresentados pelo grupo estigmatizador em sua estratégia de demarcar as diferenças, destacam-se como os mais freqüentes nos depoimentos orais, a referência de que a Barranca se originou em decorrência da colonização federal, por uma população excluída dos processos seletivos. A segunda referência se fundamentava na afirmação de que no outro lado do rio prevalecia a desordem e a vagabundagem, em que os relatos procuravam reforçar a violência ocorrida na zona de meretrício. De forma geral o lugar era considerado como de formação provisória, que valorizava o ócio, a festividade, a vagabundagem, e onde o controle social era ausente.

Feitas essas considerações, consideramos fundamental apresentar as bases teóricas que justificavam compreender a relação entre essas comunidades como estratégias e conflitos simbólicos situados no universo da estigmatização social, da luta pela diferenciação e distinção. A proposta de estudar a sociodinâmica da estigmatização da Barranca pelos moradores da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) originou-se a partir da pesquisa realizada no Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, concluída em 2002, denominada “No Oeste a terra e o céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás” (SILVA, 2002). Nesse trabalho procuramos investigar o povoamento da região, na perspectiva da ocupação social do espaço, refletindo a respeito da distinção dessa abordagem em relação aos modelos propostos pela expansão das fronteiras. Durante a coleta de dados percebemos que era fundamental ampliar os horizontes de investigação para a cidade de Rialma, uma vez que os depoimentos e outras fontes evidenciavam os conflitos entre essas comunidades ribeirinhas, o que resultou na minha pesquisa de doutoramento em História Social pela Universidade de Brasília (SILVA, 2008).

A pesquisa fundamentou-se na hipótese de que os moradores da Barranca simbolizavam o lugar de população *outsider*, excluída, na visão estigmatizada da Colônia, cuja sociabilidade urbana era identificada como a reprodução do modelo social do improvisado, do provisório, da desorganização, da festividade e espaço social anônimo. Os moradores da Colônia construíram um discurso da auto-afirmação, reconhecendo-se como a sociedade estabelecida e organizada, geração pioneira e

herdeira da Marcha para Oeste, cujas relações sociais eram orientadas no sentido de valorizar os princípios da racionalidade e da moral do trabalho. Também, os elementos simbólicos formadores dos hábitos dessa comunidade reforçavam-se na negação e rejeição das práticas sociais da Barranca. Portanto, os usos pejorativos da linguagem e dos discursos apontavam estratégias simbólicas para demarcar as distinções. A Barranca, por sua vez, recebia esses conteúdos pejorativos, naturalizando e amenizando esses estigmas, na percepção de que sua experiência urbana representava a forma tradicional da cultura goiana e brasileira de se perceber urbana. Dessa forma, não negava nem se sentia inferior por ser o alvo dessas estratégias.

De acordo com Chartier (2001), a crise de inteligibilidade histórica e das suas conseqüências, possibilitou a emergência da interdisciplinaridade nas discussões historiográficas. Uma primeira observação desse cenário foi a retirada da historiografia da confortável posição de lócus dos debates em ciências sociais que, conseqüentemente, gerou a fragmentação e a multiplicidade dos objetos de investigação, dos métodos e das temáticas históricas. A interdisciplinaridade foi assumida como um novo elemento capaz de dar sentido às novas investigações historiográficas, agora sensíveis aos novos enfoques que procuravam recuperar o papel dos indivíduos nas redes de relações sociais, promovendo uma interação com a sociologia e antropologia. Para Chartier (2001), a partir dessa compreensão, deslocamentos fundamentais surgiram, em que o sentido da exclusividade cedeu lugar à discussão das pluralidades. Essa nova perspectiva inspirava-se nos modelos interacionistas e etnometodológicos, buscando reconstruir a “maneira pelo qual os indivíduos produzem o mundo social, por suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os unem ou os conflitos que os opõem” (CHARTIER, 2001, p. 119). O objetivo da história, nesta perspectiva, não era mais a identificação de estruturas, mecanismos e/ou hierarquias que se situavam fora do universo subjetivo, mas as racionalidades e as estratégias que mobilizam as comunidades e os indivíduos. O resultado dessa nova percepção histórica e o sentido das investigações historiográficas a transformaram, ao mesmo tempo, em abordagem social e cultural, deslocando o foco das normas de controle macro-sociais para os seus usos imaginativos e ao universo das decisões práticas que traçavam de maneira “móvel, instável, as relações sociais ou as diferenças culturais” (CHARTIER, 2001, p. 120), ao mesmo tempo em que

descortinavam os espaços abertos às estratégias individuais. Foi um deslocamento significativo, que permitiu aos estudos e às pesquisas em história (social e cultural), a ampliação de seus objetos para as “manifestações estéticas de um período ou contexto, numa constante alteração de fronteiras que só pode beneficiar a produção do saber” (ELEUTÉRIO, 1981, p. 227). Nessa perspectiva, procuramos nos orientar por esse cenário de possibilidades metodológicas (pluralidades investigativas), entendendo que, uma análise, meramente estrutural do processo de ocupação de fronteiras, que deu origem a duas comunidades, situadas uma de frente a outra, numa mesma temporalidade, poderia não responder às questões que envolviam as distinções e a carga de sensibilidades que reforçava essas diferenças.

Esses esclarecimentos epistemológicos colocaram-se como base da reflexão que nos propomos na pesquisa, no sentido de identificar o lugar em que o passado de estigma ocupava, tanto para o grupo estabelecido quanto para o grupo *outsider*. E ainda, pela possibilidade de identificar os reflexos das experiências práticas, expressas nas soluções, historicamente, dadas para a configuração das distinções entre esses grupos sociais. Nesse sentido, o conceito de cultura histórica apresentado por Martins (2002) reforça a opção pela abordagem culturalista, ao estabelecer a relação desta com as diferentes identidades que se processam num determinado espaço social. O estudo de Martins (2002), que teve como foco o Estado em suas relações identitárias internas e externas, serviu como orientação na compreensão das diferenças coletivas, uma vez que, fundamenta-se na cultura histórica como possibilidade de percepção dos elementos de reconhecimento mútuo para preservação de identidade. Para o autor, o estudo acerca da construção de identidade orienta-se no reconhecimento e descrição das questões que indicam semelhanças e diferenças, promovendo, assim, uma articulação de sentidos em torno dessas mesmas questões. Apresenta, ainda, como processo de construção de identidade, quatro caminhos, a saber: identidade por assimilação, por contraste, por rejeição e por diferença. Interessa-nos, nesse estudo acerca da distinção baseada no estigma, a categoria da identidade por diferença, assim caracterizada por Martins (2002, p. 57):

A consciência da diferença, necessariamente decorrente da contemplação do outro, pode derivar para a assimilação, para o contraste, para a rejeição. No entanto, o fiel processo decisório é a consciência da diferença, ou das diferenças, se se preferir. Se há

campos em que as diferenças alcançam um significado destacado, como a raça, a língua, a política, a religião ou a economia, a descrição de si e de sua comunidade contempla uma infinidade de pormenores, cuja importância relativa para a auto-afirmação depende da escala de valores e de sua realização histórica concreta no tempo e no espaço correspondentes ao(s) sujeito(s).

No caso das comunidades ribeirinhas do Rio das Almas, a percepção da diferença e, portanto, a construção da identidade baseada nesse princípio, não se fundamentava nos critérios de raça, língua, ou classe, por exemplo. Essas categorias analíticas não foram, nitidamente, perceptíveis a ponto de demarcar as distinções. A distinção estabelecia-se na Colônia, na rejeição aos hábitos da Barranca, demarcando, assim, os limites culturais e a diferenciação que os sujeitos buscavam demarcar em sua prática social – apesar dessas comunidades serem constituídas, a princípio, por um mesmo grupo social, cujas circunstâncias históricas separaram. Da mesma forma, a rejeição ao diferente, não se expressava na violência física entre seus moradores, apesar das brigas ocasionais que envolvia a juventude das duas cidades. O que acontecia era a necessidade de demarcar as diferenças, mesmo que o convívio social fosse, num certo sentido, até amigável. O conflito manifestava-se por meio da violência simbólica, que evidenciava as diferenças e a necessidade de distinção nas práticas e nos hábitos sociais que favoreceram a estigmatização de um grupo por outro.

A referência teórica, e em parte metodológica para a compreensão da “sociodinâmica da estigmatização”, baseia-se em estudo realizado por Norbert Elias (2000) na cidade inglesa de Winston Parva. Esse estudo apresentava as relações de poder e as tensões existentes entre o grupo social que havia se estabelecido na região há mais tempo e que, portanto, baseando-se nessa variável, lançava sobre os novos habitantes instalados na cidade por causa da Segunda Grande Guerra, referências do estigma social. O autor considera as dificuldades metodológicas na identificação e análise da dinâmica do estigma social, e para tanto, propõe um exame rigoroso do papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo e de seu próprio *status* como membro pertencente a esse grupo. Assim, a análise da estigmatização fundamenta-se no que o autor considera como “método de figuração”, cujo procedimento propõe investigar os mecanismos constituintes da perspectiva

específica que cada grupo estabelecia de si e do outro. A abordagem figuracional distingue a sociodinâmica da estigmatização da concepção de preconceito, na medida em que as estratégias utilizadas procuravam identificar no outro grupo os traços da diferença e inferioridade, não considerando os atributos da negação nos indivíduos, isoladamente, mas na visão generalizada e pejorativa do conjunto social. A estigmatização pode ser percebida na figuração formada pelos grupos implicados, a partir do contexto de interdependência, que caracterizavam as relações de poder e a natureza dessas relações (violência simbólica). Para o autor, um grupo só pode “estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer” (ELIAS, 2000, p. 23).

As relações de poder e as posições do grupo estabelecido constroem uma auto-representação de honra, ao mesmo tempo em que transfere ao grupo *outsider* o estigma da desonra. Essas proposições possibilitam a busca pela compreensão das relações de poder entre a Cang e a Barranca no processo de estigmatização. O aporte teórico construído por Elias foi extremamente relevante para esse estudo, mas, adaptações no método foram necessárias, como veremos na discussão metodológica. No estudo proposto por Elias, a distinção era marcada pela diferença em relação ao tempo de ocupação (uns se estabeleceram primeiro e constituíram suas práticas sociais, e o outro grupo que chegou depois, introduzindo na cidade novos comportamentos). As tensões em relação à temporalidade distinguiam os antigos moradores, estabelecidos em área tradicional da cidade, dos forasteiros imigrantes, que mudaram para Winston Parva em função da guerra, ocupando uma nova área do espaço urbano daquela localidade. Os hábitos sociais colocavam em conflito os “estabelecidos”, que por sua vez, condenavam os *outsiders*, lançando sobre esse grupo os estigmas. O grupo *outsider* era reconhecido pelos hábitos trazidos da vida urbana na periferia de Londres e que eram conflitantes ao estilo de vida da comunidade de Winston Parva, tipicamente provinciana. No caso das distinções urbanas ocorridas às margens do Rio das Almas, a temporalidade não foi o elemento da diferença, pois esses grupos foram contemporâneos no processo de povoamento da região. Mas, o estudo da distinção e do conseqüente estigma, numa visão fotográfica mais geral, deslocou-se na compreensão do espaço das relações de poder que se distinguiam nas

experiências e nos modelos de ocupação adotados. Considerando, ainda, importante destacar que nesse processo de distinção e violência simbólica, o rio compunha uma fronteira geográfica que demarcava esses espaços e suas diferenças. A geografia, portanto, tornava mais visível as fronteiras territoriais, mas, também, explicitava as diferenças culturais, fortalecendo a percepção da classificação entre “estabelecidos e outsiders”.

Procuramos nos referenciar, ainda, nos conceitos de Bourdieu (1997; 1998; 2003; 2008) acerca da distinção como categoria simbólica. Não apenas as distinções de classe, estilo de vida e gostos, mas também as distinções sociais que demarcam grupos e territórios sociais. Para tanto, os seus estudos sobre o espaço social, região, distinção, poder e violência simbólica, foram importantes nesta pesquisa, na medida em que seus estudos redirecionam a investigação do regional, em que os fundamentos metodológicos outorgavam ultrapassar os limites da realidade objetiva, considerando as sensações, sensibilidades, representações e subjetividades, baseando-se na premissa de que “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história” (BOURDIEU, 1998, p. 115).

Bourdieu (1998) procurou resgatar o papel da subjetividade em suas investigações sem negar a importância da objetividade do exercício científico, defendendo que as classificações práticas se subordinam a funções práticas, que por sua vez produzem efeitos sociais. O autor compreende que a classificação vai além de apenas incluir o real na representação, mas também compreender a luta das representações compostas por imagens e manifestações sociais distintas da manipulação e da construção de novas imagens. A identidade regional, assim, pode ser identificada como resultado de uma construção social, fundamentada em lutas simbólicas para a imposição de uma visão social distinta. As concepções teóricas de Bourdieu possibilitam a apropriação dos elementos simbólicos por meio das práticas sociais e da incorporação de hábitos pelos grupos sociais em questão, permitindo a classificação da distinção de um espaço em relação ao outro.

As observações desse objeto levavam a questionar esses espaços, que apesar da proximidade geográfica e da orientação para os deslocamentos imigratórios, bem como seu efetivo povoamento, desenvolveram práticas e hábitos sociais distintos. Da mesma forma, essa distinção baseava-se na negação do outro, como estratégia de

demarcação dos territórios e da identidade em formação nessa região. Outro fator identificado era que uma dessas comunidades assumia a posição estratégica de lançar sobre a outra os estigmas sociais, por meio do uso de discursos e linguagens. Portanto, nos interessava compreender as razões que permitiam a Colônia se posicionar como cidade estigmatizadora, identificando os indícios e as representações que possibilitavam o estabelecimento das estratégias utilizadas nesse conflito simbólico. Da mesma forma, nos interessava compreender o impacto dessas estratégias na localidade da Barranca, identificando as características dessa comunidade e as representações desse espaço social, utilizadas como sistemas simbólicos de desonra coletiva que a caracterizavam como *outsider*.

Para tanto, na tentativa de compreender esse objeto e responder às questões relativas à distinção baseada na estigmatização, era importante não apenas perceber as representações de uma comunidade em particular, mas investigá-las na sua complementariedade, em que o particular se constituía em razão do outro e das diferenças percebidas e evidenciadas nas relações de tensão e violência simbólica. Nesse sentido, nos orientamos por procedimentos metodológicos que pudessem qualificar essas diferenças e ao mesmo tempo elucidar as causas e as estratégias do conflito simbólico que, historicamente, demarcava as distinções.

A pesquisa documental realizada buscava identificar as “evidências” históricas da distinção e a compreensão dos sistemas simbólicos utilizados na estigmatização. Portanto, a nossa pesquisa se orientou, basicamente, pela análise qualitativa das fontes coletadas, fundamentando-nos nas orientações teórico-metodológicas da “análise figuracional” (ELIAS, 2000), nos métodos adaptados da “distinção” e nos relatos memorialistas dos antigos moradores da cidade. Como apresentado anteriormente, a base teórica que permitia o estudo da estigmatização encontrava fundamentação nos conceitos e métodos desenvolvidos por Elias (2000) acerca da sócio-dinâmica da estigmatização. Nesse estudo o autor apresentava que a metodologia que lhe permitiu identificar a dinâmica e as estratégias desenvolvidas pelos grupos em conflito fundamentava-se no método figuracional, que investigava os mecanismos constituintes da percepção que os dois grupos formavam entre si. Outro ponto que esse método esclarecia era que a estigmatização ocorria quando um determinado grupo social era considerado diferente e inferior pelo estigmatizador e,

quando as qualificações dos indivíduos não eram evidenciadas particularmente, mas apresentadas como referências coletivas. Esse método indicava, ainda, que a figuração era a forma como cada comunidade envolvida representava a si mesma e o outro, sendo que a estigmatização baseava-se na natureza de interdependência que envolvia esses grupos. Da mesma forma, as características da experiência urbana da Barranca eram complementares à Colônia, permitindo a instalação de atividades até então proibidas para a localidade federal. Mas essas estruturas não tinham o mesmo peso político para gerar um equilíbrio, ou estabilidade nas relações de poder. A Colônia oferecia as escolas, os hospitais, os serviços técnicos, as indústrias, o maquinário e outras fichas simbólicas utilizadas para a “barganha política” dessa relação de interdependência. Enquanto a Barranca apresentava seus bares, a zona boêmia, outros empreendimentos de lazer e diversão, bem como o seu comércio que trazia as novidades das regiões metropolitanas do país. Ou seja, era uma situação de complementariedade, mas que era baseada na instabilidade da relação de poder, permitindo o desenvolvimento de estratégias que garantiam a eficácia da estigmatização.

Os procedimentos que envolviam a busca pela compreensão desse objeto, acompanhando a lógica da figuração, direcionavam para a oralidade, no sentido de compreender os sistemas simbólicos recorrentes da memória coletiva, bem como outras fontes que qualificavam os indícios dos relatos orais. Para Thompson (1992) a evidência oral é geralmente utilizada com outras fontes e tem se tornado um método eficiente para a pesquisa historiográfica, sobretudo em pesquisas de história social em determinados dados não são encontrados em documentação escrita, o que prejudicaria na compreensão de questões relativas a vivência cotidiana, como por exemplo, a forma como os grupos sociais se relacionavam, namoravam; como encontravam ou mudavam de emprego; dentre outras questões cujas respostas não seriam encontradas em fontes convencionais.

No estudo da figuração de interdependência procuramos qualificar as representações que garantiam a “relação instável de poder” entre os grupos em conflito. Nesse sentido baseamos nossa pesquisa na identificação dos traços de distinção qualificados nos referenciais simbólicos da literatura da Marcha para Oeste e na tipologia do pioneiro e do bandeirante apresentados nessa fonte. Identificamos

esses traços da distinção como parte do método figuracional nas normas que regiam o grupo estigmatizador, bem com as estruturas e instituições que o colocavam numa posição superior de poder que, conseqüentemente, favorecia as estratégias de estigma. Da mesma forma, buscamos nos depoimentos orais do grupo estigmatizado, as qualificações dessa mesma estratégia. O estudo da figuração na Barranca considerou, ainda, os traços que os moradores davam ao lugar e o papel que essa comunidade ocupava na relação de interdependência estabelecida.

Nos estudos sobre a distinção procuramos fazer adaptações no método de Bourdieu (2008) sobre os gostos e os estilos de vida, cujos procedimentos metodológicos foram orientados pela aplicação de instrumentos de pesquisa que indicavam as estruturas variáveis das representações (de gosto e estilo de vida) nos diferentes grupos pesquisados. Em sua pesquisa descreveu os “conjuntos relativamente homogêneos”, identificados, estatisticamente, pela observação de práticas sociais, gostos, freqüências a museus, dentre outras práticas, que apresentavam hábitos sociais e sistemas de disposições indicativas de diferenças no estilo de vida dos grupos pesquisados. No caso de uma pesquisa mais historiográfica, e menos sociológica, essa percepção, em tese, poderia ser identificada na aplicação de um instrumento semelhante, que pudesse indicar os conjuntos de relativa homogeneidade entre as duas localidades. Porém, considerando a impossibilidade de retornar ao tempo dessas vivências e estratégias de distinção, e aplicar instrumento semelhante aos moradores no período analisado (décadas de 1940 e 1950), procuramos identificar esse conjunto de práticas e estilo de vida (fatores de distinção), por meio dos relatos orais de cunho memorialista (“nos tempos da Colônia”). Nossa intenção era que os relatos memorialistas pudessem indicar as “evidências” que nos permitisse a classificação dessa distinção. Além da oralidade, buscamos coletar outras fontes que permitissem a qualificação das diferenças em suas práticas sociais, e que ao mesmo tempo funcionaram como as fichas simbólicas da instabilidade na interdependência que apontavam tensões e os conflitos pela diferenciação. Portanto, nos interessava identificar as práticas, os gestos e os estilos de vida que garantiam a distinção e a eficácia das estratégias de estigma social. No caso da Colônia: a coerção social de controle das práticas e dos gestos no lugar; o valor social do trabalho em sentido *latu*; o valor social da racionalidade da ocupação e distribuição do espaço

social (limpeza, harmonia, estética do lugar, das moradias, etc.). No caso da Colônia em relação à Barranca: a crítica à falta de controle social; a depreciação à vida festiva, ao espírito aventureiro e à falta de organização do espaço (aleatório, provisório, improvisado, etc.). No caso da Barranca: o empreendedorismo dos pioneiros, geralmente orientados por espírito comercial e aventureiro; o espaço como um lugar improvisado e provisório, em que o controle social e a normatividade eram questões menos importantes do que as oportunidades econômicas; a festividade como algo natural e permissivo (procissões, prostíbulos, carnavais, bailes, rádio, futebol, cinema, teatro, etc.).

Neste trabalho, a oralidade foi utilizada como recurso e representação simbólica dos traços da distinção, na forma como apareciam nas lembranças. Para Ginzburg (1987), a oralidade é um recurso importante para o estudo que se propõe dar sentido ao cotidiano de sociedades agrárias, em que a produção das tradições e dos relatos históricos, dificilmente, encontra-se em documentação. Para o autor, que se propôs analisar o cotidiano de uma comunidade camponesa na Itália do século XVI, era fundamental o trabalho com a oralidade. Mas descartava esse procedimento metodológico pelas impossibilidades óbvias do deslocamento temporal. A alternativa encontrada por Ginzburg foi “ouvir” essa comunidade em outras fontes, que, no trabalho em questão, foi possível com a qualificação dos depoimentos feitos para o tribunal de inquisição, que apresentavam relatos do réu, acusadores e testemunhas. Na pesquisa com os moradores da Colônia e da Barranca tivemos a oportunidade de trabalhar com a oralidade, coletando depoimentos de pessoas que viveram naquele tempo. Todavia, entendemos que esses relatos não teriam a mesma eficácia se coletados nas décadas de formação dessas localidades e no auge dos conflitos simbólicos pela distinção. Portanto, o trabalho era identificar as representações da memória coletiva e os indícios da distinção presentes nesses relatos. Também, outras fontes pesquisadas permitiriam a comparação dos elementos constitutivos das narrativas, na identificação das seleções imagéticas do passado que as lembranças queriam reforçar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos de qualificação das distinções urbanas procuraram descrever, tipologicamente, as práticas sociais identificadas como formadoras da diferença entre essas localidades. Para tanto, os recursos da figuração e a apresentação dos hábitos sociais auxiliaram na constituição das práticas entendidas como fundamentais para cada comunidade e que marcavam sua identidade. Algumas práticas, por exemplo, funcionavam como elemento configurador de hábitos que, historicamente, foram ressignificados como traços de identidade, ou de “identidade pela diferença”. É o caso, por exemplo, da proibição de bebidas alcoólicas e casas de prostituição na Colônia e de outras coerções e normatividades que buscavam regular as sociabilidades e a conduta de seus moradores. Nessa mesma lógica, a permissão do espaço do meretrício na Barranca e outras atividades voltadas ao entretenimento, bem como a percepção do espaço urbano como lugar de diversão e sociabilidades, como os carnavais de rua, barraquinhas e quermesses religiosas, procissões e outras festividades.

Baseando-nos nessas assertivas podemos considerar que, qualquer estudo sobre essas localidades, que procure investigar os grupos sociais constituintes da fundação histórica desses lugares, estabelecendo uma visão generalizante das experiências vividas por essas comunidades, corre o risco de enquadrá-los em determinada classificação em que as distinções não sejam contempladas. As generalizações não respondem às tentativas da Colônia em reforçar o estigma lançado sobre a Barranca na sua auto-afirmação enquanto grupo social distinto, nem tampouco consideram o universo das lutas simbólicas pela imposição da visão de mundo que constituiu as fronteiras desses espaços urbanos diferentes (BOURDIEU, 1998).

Os encontros e desencontros de temporalidades na fronteira em expansão podem identificar um conjunto de diferenças entre os grupos sociais estabelecidos e os forasteiros outsiders (seja o índio e “chegante” nas diferentes marchas para o Oeste brasileiro, ou os desencontros entre os moradores de Wiston Parva e os chegantes de Londres no período da segunda grande guerra). Nos encontros e desencontros das populações ribeirinhas do Rio das Almas em a temporalidade não foi o fator determinante, mas as questões simbólicas da distinção e a vontade de diferenciação,

sendo a dinâmica social da estigmatização a forma encontrada para demarcar esses territórios.

MEETINGS AND CLASHES IN THE WEST: THEORETICAL REFLEXIONS ABOUT THE SYMBOLIC BOUNDARIES OF COMMUNITIES OF SOULS RIVER ("RIO DAS ALMAS") IN GOIAS IN THE 1940S AND 1950S

ABSTRACT: The boundaries may represent distinctions between geography, temporality, and identities, among others that reinforce, at the same time, traces of belonging and distinction. This study is based on different ways of understanding the border and it is based on distinctions arising from the occupation and colonization processes occurred on the banks of the River of Souls (Rio das Almas) in Goiás in the 1940s to 1950. Our intention is to identify the theoretical and methodological bases that allow the understanding of symbolic conflicts in the process of frontier expansion, having the following localities as object analysis: "Colônia (Ceres) and Barranca (Rialma)". Both riverside communities, separated by River of Souls that arises during this period and establish symbolic struggle for the demarcation of its borders.

KEY WORDS: Urban Distinctions, Rio das Almas, Colonization in Goiás.

NOTAS

ⁱ¹ A Marcha para Oeste se manifestou numa política de interiorização do país, fundamentada numa ideologia que procurava construir uma identidade nacional a partir da integração territorial. A divulgação dessa política pautava-se na concepção de que o verdadeiro espírito de brasilidade estava nessa vocação bandeirante dos brasileiros. Cassiano Ricardo (1959) apresenta essa construção da identidade nacional a partir das bandeiras paulistas, identificando os personagens que contribuíram para a conquista territorial do Brasil. Sua relação com o Estado Novo estava na divulgação ideológica dos novos ideais de ocupação territorial, ao identificar nesse processo histórico a retomada do verdadeiro espírito brasileiro do desbravamento (ESTERCI, 1972; LENHARO 1986).

ⁱⁱ² As oito colônias nacionais foram implementadas foram as seguintes: Em 1941, por decreto federal foram criadas as colônias de Goiás e Amazonas. Em 1942, foram decretadas a implantação das Colônias de Monte Alegre (Pará) e Barra da Corda (Maranhão). Em 1943 os decretos federais instalavam as colônias de General Osório (Paraná) e a de Dourados (no Território de Ponta Porã, hoje Mato Grosso do Sul), e no ano seguinte a colônia de Oeiras no Piauí. Em 1948, no governo do General Dutra, foi criada a colônia de Jaíba em Minas Gerais (NEIVA, 1982, p. 71).

ⁱⁱⁱ³ Nas entrevistas feitas com os pioneiros eles apresentavam uma visão *a priori* pejorativa do lugar e de seus moradores, principalmente quando a questão era sobre a Colônia. Mas quando perguntados sobre a Barranca, havia uma postura mais cautelosa, procurando afirmar que “tinha muita gente honesta lá”. Ou seja, a visão estigmatizada da Barranca era muito mais reforçada nas lembranças e recordações da Colônia, em que o passado da localidade vizinha aparecia espontaneamente, e sempre generalizada negativamente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Brasília: EdUNB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Efeitos de lugar*. IN: BOURDIEU, Pierre (org.) *A miséria do mundo: com contribuição de A. Accado. et. al.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

Brasil. *Decreto Lei 3059*. Diário Oficial. 14 de fevereiro de 1941. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Texto Integral. Publicação: Coleção Leis do Brasil.

_____. *Decreto Lei 6882*. Diário Oficial. 19 de fevereiro de 1941. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Texto Integral. Publicação: Coleção Leis do Brasil.

CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

ELEUTÉRIO, Maria de. Um desafio irrecusável: a contribuição da literatura para os estudos da história. In: *Projeto História: revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n. 0, 1981.

ESTERCI, N. *O mito da democracia no país das bandeiras*. 1972. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, 1972.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAISSOL, Speridião. Que é colonização? *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XIV, nº 3, julho-setembro de 1952. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, pp. 363-367.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: cultura e poder*. Brasília: IBRI, 2002.

NEIVA, I. C. *O outro lado do colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. 1984. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas) Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37. São Paulo, Setembro 1999, pp. 195-216.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

SILVA, Sandro Dutra e. *No Oeste a terra e o céu: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, UFG, 2002.

_____. *Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do Rio das Almas em Goiás (1941-1959)*. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, UnB, 2008.

_____. *A experiência urbana de Ceres: representações simbólicas do planejamento e da ocupação social do espaço*. *Revista UFG*, Ano XI nº 6 – junho de 2009. Goiânia: UFG, p.9 –23, 2009.

_____. *A construção urbana de Ceres: as políticas de planejamento e ocupação do espaço*. In: BERNARDES, Genilda Darc; PRADO, Roberto (org.). *Políticas públicas: meio ambiente e tecnologia*. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: historia oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALVERDE, Orlando e DIAS, Cartharina Vergolino. *A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*. Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, Publicação n. 22. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.